



Hoje você é quem manda. Falou, tá falado!¹
Um estudo da *heterogeneidade discursiva mostrada* em
textos, sobre o Ato Institucional – número 5,
publicados pela revista Veja

Leilane Morais Oliveiraⁱ (UFV)

Lucas Piter Alves Costaⁱⁱ (UFV)

Mônica Santos de Souza Meloⁱⁱⁱ (UFV)

Resumo:

Esse estudo reflete sobre os efeitos de sentido decorrentes das marcas de "heterogeneidade discursiva mostrada" presentes em dois textos publicados, pela revista *Veja*, em 18 e em 25 de dezembro de 1968. Tais textos foram selecionados devido ao fato de divulgarem a instauração do Ato Institucional n.º 5, o qual, conforme descreve a historiografia, foi o responsável por ampliar os poderes da Ditadura Militar - iniciada com o Golpe de 1964 ao governo do Presidente João Goulart. Através da análise, constatou-se que o "discurso relatado" foi o fenômeno de heterogeneidade discursiva mostrada mais recorrente e significativo nesses textos. Sua utilização, de modo geral, revelou uma tentativa dos jornalistas de driblar a censura imposta à imprensa e, além disso, um modo de criticar o Governo através da citação das vozes de seus próprios representantes.

Palavras-chave: ditadura militar; heterogeneidade discursiva; *Veja*.

Abstract:

This study discusses the effects of meaning arising from the marks of "discursive heterogeneity shown" present in two texts published by the magazine *Veja* at 18 and 25 December 1968. These texts were selected due to the fact disclose the establishment of the Institutional Act n. 5, which, as described in the historiography, was responsible for expanding the powers of the military dictatorship - which began with the coup of 1964 the government of President

¹ Este título faz alusão à canção "Apesar de você", lançada pelo cantor e compositor brasileiro Chico Buarque, em 1970 (período de vigor do Ato Institucional – número 5).

João Goulart. Through analysis, we found that the "reported speech" was the phenomenon of discursive heterogeneity shown most recurrent and significant in these texts. Its use, in general, showed reporters an attempt to circumvent the censorship of the press and also a way to criticize the government by citing the voices of their own representatives.

Keywords: military dictatorship; discursive heterogeneity; Veja.

1. Introdução

Como nos descreve a ciência historiográfica, o Brasil da década de 60 foi marcado pelo Golpe Militar que atingiu o governo do Presidente civil João Goulart (Jango). Sendo uma reação da direita conservadora à ênfase de Goulart em projetos nacional-desenvolvimentistas, esse golpe se caracteriza como uma tentativa de impedir que as políticas governamentais de Jango levassem o Brasil a ser independente do capital estrangeiro. O que, aliado ao populismo presidencial e a certo caos administrativo e político que se estabelecera no país, gerava inquietações na oposição e fazia disseminar, entre a população, a idéia de que Goulart instauraria o Comunismo no Brasil.

Não obstante, sabe-se que, no interior das Forças Armadas, Goulart rompeu com a questão de hierarquias e instituiu critérios políticos como os únicos meios para que os oficiais elevassem suas patentes, fato que desagradava os mesmos e sugeria que o Presidente visava constituir, para fins golpistas, um exército que lhe fosse leal (FICO, 2004, p. 43).

Contrariados, portanto, e sob a eminente instauração do Comunismo, alguns militares articularam-se a outros golpistas que, aos 31 de março de 1964, fizeram eclodir o Golpe de Estado que depôs João Goulart e fez de Marechal Castelo Branco o novo presidente e o responsável pelo ingresso do país na longa noite da Ditadura Militar. Dessa forma, Castelo Branco, por meio de alguns Atos Institucionais (AI-1 e AI-2), fez com que diversas deposições e cassações de políticos fossem cometidas, além de extinguir partidos políticos, impor eleições indiretas, etc. (REIS, 2002, p.33).

Entretanto, a chamada "linha dura" ditatorial só foi iniciada por volta de 1967, período no qual Castelo Branco foi deposto e o general Costa e Silva (em março de

1967) assumiu o poder, utilizando, a partir de então, os diversos tipos de censura à imprensa e de torturas a civis como políticas de Estado. De modo que, em seu governo, o sistema DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna) foi instaurado e, no dia 13 de dezembro de 68, o Diário Oficial da União publicou e incorporou, à Constituição Federal, o Ato Institucional - Número 5 (AI-5), o qual fortaleceu e tornou ilimitado o poder do Estado e do Presidente (JOFFILY, 2008, p.43).

Dentro desse contexto de criação e de exercício do AI-5, práticas repressivas de eliminação do equilíbrio entre os poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) e de suspensão das liberdades individuais e de imprensa foram intensificadas. Atos como o de fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas e os de “suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos”, torturar, matar e exilar oposicionistas, tornaram-se frequentes, sob o discurso de manter a ordem e a segurança nacionais (ANTUNES; RIDENTI, 2007, p. 87).

Indiferente a esse momento de crise, contudo, ocorreu no Brasil a fundação de diversos núcleos de imprensa, entre os quais a revista Veja (criada em 9 de setembro de 1968, pelo jornalista Mino Carta e pelo empresário Roberto Civita) que logo se definiu ideológica e editorialmente como esquerdista, tendo, por conseguinte, algumas edições vetadas pelo AI-5 e pela lei ditatorial de censura à imprensa (Lei nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967).

Considerando, portanto, esse momento histórico de instauração do AI-5 e tendo em mente que a revista Veja foi uma das instâncias midiáticas que se prestou à divulgação de informações nesse contexto de forte censura, operando como uma frente de resistência ao governo militar, esse artigo visa identificar e analisar, com base nos pressupostos teórico-metodológicos referentes à *heterogeneidade discursiva*, as principais marcas de *heterogeneidade mostrada* reveladas nos textos “Revolução, ano zero” e “O ato explicado”, os quais foram publicados pela referida revista, nos dias

18 e 25 de dezembro de 1968 respectivamente, com o objetivo de divulgar a instauração do AI-5.²

Assim, busca-se compreender os efeitos de sentido que decorrem da presença do “outro” nesses textos, acentuando-se de que modo os jornalistas valeram-se de variadas vozes para construir um discurso dissonante e transgressor. Embora sejam apenas dois textos, é importante dizer que o estudo dos mesmos é relevante na medida em que fazem parte de um momento em que a revista se opõe abertamente ao Governo Militar, pois, conforme aponta Juliana Gazzotti (2001, p.2), o primeiro deles, publicado na edição número 15, chegou a fazer com que a revista fosse apreendida nas bancas e levou o Governo a ordenar que um censor estivesse presente em sua redação.

2. A heterogeneidade discursiva mostrada

Sabe-se que Émile Benveniste foi o primeiro teórico, no quadro estruturalista do início do século XX, a retomar a questão da subjetividade, rompendo barreiras impostas por Saussure e estabelecendo que a “linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*” (BENVENISTE, 1976, p. 286 – Grifo do autor).

Entretanto, apesar de Benveniste ter exposto que é na e pela linguagem que o homem se constitui como sujeito, ele priorizou o estudo da enunciação (por considerar que é nela que o sujeito exprime e marca a sua subjetividade) e referiu-se ao sujeito como homogêneo, além de dizer que o “Eu” é o único protagonista da enunciação que possui a marca de subjetividade, o que o levou à desconsideração do “Tu” (ou melhor, do “outro”) em sua teorização a respeito da subjetividade linguística.

Em oposição às considerações benvenistianas, contudo, o círculo de Bakhtin passou a propor, ainda no início do século XX, que os enunciados e os sujeitos se relacionam por meio de uma prática de *dialogismo*; a qual se refere à relação contínua

² Em relação a esses dois textos, é necessário ressaltar que ambos encontram-se disponíveis em um arquivo digital que a própria revista Veja disponibiliza em sua página da web: <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>
Acesso em: 02 mai. 2012

que os sujeitos estabelecem tanto com os dizeres pré-construídos que circulam na esfera sócio-comunicativa (na memória discursiva), quanto com o "outro", isto é, com o parceiro de comunicação.

Através desses apontamentos, uma perspectiva dialógica foi incorporada aos estudos da linguagem e passou-se a considerar que o verdadeiro terreno da enunciação firmava-se em um "plurilingüismo dialogizado (...) em que as vozes sociais se entrecruzam continuamente de maneira multiforme" e que os enunciados, "ao mesmo tempo em que respondem ao já-dito (...), provocam continuamente as mais diversas respostas" (FARACO, 2006, p. 87).

Assim, também a Análise do Discurso, em sua desenvoltura epistemológica inicial, passou a postular, através de Michel Pêcheux, que o sujeito, ao invés de imobilizado em sua homogeneidade, caracterizava-se como um ser fragmentado, opaco e limitado pelas formações discursivas³ (em que se encontra inserido) e pelo "Outro" (outro discurso e/ou outro sujeito) (BRANDÃO, 1998, p. 49).

De acordo com esse posicionamento, portanto, a noção de subjetividade deixou de estar centrada no Eu, como em Benveniste, para constituir-se na heterogeneidade caracterizada pela relação entre o Eu e o seu Outro, de modo que os sujeitos passaram, assim, por um descentramento e a heterogeneidade tornou-se uma parte constitutiva dos mais variados discursos.

A teoria analítica do discurso, sob esse aspecto, afirma a subjetividade como algo que se institui socialmente e que, de forma alguma, pode fazê-lo fora das relações sócio-históricas. Segundo Maingueneau (1997, p.75), falar sobre heterogeneidade discursiva é, antes de qualquer coisa, tomar consciência "de um funcionamento que representa uma relação radical" do que é interno e do que é externo ao discurso, a qual ocorre sob a forma de dois planos diversos, a saber, o da *heterogeneidade mostrada* e o da *heterogeneidade constitutiva* (AUTHIER-REVUZ, 1984; 2004):

³ Entende-se "Formação Discursiva" como sendo o que pode e o que deve ser dito pelos sujeitos em dadas posições e em dadas conjunturas históricas e sociais.

(...) a primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva (MAINGUENEAU, *op. cit.*, p.73).

Além disso, Maingueneau afirma que somente

a primeira é acessível aos aparelhos lingüísticos, na medida em que permite apreender seqüências delimitadas que mostram claramente a alteridade (discurso citado, auto-correções, palavras entre aspas, etc...). A segunda, ao contrário, não deixa marcas visíveis: as palavras, os enunciados de outrem estão tão intimamente ligados ao texto que não podem ser apreendidos por uma abordagem lingüística *stricto sensu* (MAINGUENEAU, 2005, p. 33) (Grifo do autor).

Em relação ao fenômeno discursivo de *heterogeneidade mostrada*, o autor argumenta que elencar os diversos tipos dessas manifestações é uma tarefa complexa, se não, impossível. Porém, alguns mecanismos (como os de *pressuposição*, *negação*, *discurso relatado*, *parafrasagem*, *discurso indireto livre*, *ironia*, etc.) e ocorrências lingüísticas podem ser tomados como exemplos da manifestação discursiva desse fenômeno (AUTHIER-REVUZ, 1984; MAINGUENEAU, 2005).

3. A heterogeneidade mostrada em “Revolução, ano zero” e “O ato explicado”

Ao enunciarem, os sujeitos estabelecem os seus discursos em função de sua relação com o Outro, seja de forma consciente ou não. Assim, à medida que os sujeitos “dizem”, considera-se que outros discursos e outros sujeitos também se fazem ouvir, de modo que as relações de heterogeneidade sejam não somente uma realidade incontestável de cada discurso, como também uma forma de mobilizar sentidos. De forma que, muitas vezes, a utilização da voz do “outro” se torna uma estratégia jornalística para conferir credibilidade e efeito de veracidade às informações divulgadas.

Nos textos analisados, observou-se que as marcas de *heterogeneidade marcada* mais recorrentes são as de discurso relatado, materializado sob a forma de discurso direto e indireto. Conforme expõe Barbosa (2008, p. 109), a heterogeneidade discursiva, que se manifesta através do discurso relatado, torna possível “ilustrar uma afirmação feita; lançar uma questão a ser desenvolvida; explorar controvérsias; ironizar (fazer críticas em relação ao locutor citado); explorar aspectos pitorescos; demonstrar fidelidade com o autor evocado; fazer soar a voz da autoridade”.

Maigneueau (1997, p. 86), por sua vez, considera que, ao relatar as alocações de um terceiro, o enunciador, na realidade, vale-se da voz do outro como um meio de garantir a validade de sua asserção, de modo que o locutor citado é delimitado tanto como o “não-eu” em relação àquele que cita, quanto como a “autoridade” que protege a sua fala.

O *discurso direto*, especificamente, é caracterizado, na literatura linguística, como a aparição da voz do “outro” (do “não-eu”) no interior de um discurso pertencente àquele que enuncia, sendo destacado, geralmente, por meio de aspas, de travessões, de destaques em itálico, de dois pontos, etc.

No caso dos textos “Revolução, ano zero” e “O ato explicado”, a utilização do discurso direto foi sempre destacada por aspas e se apresentou como uma tentativa sutil dos jornalistas de, ao mesmo tempo em que apresentavam o novo Ato governamental à população, mostrar as incoerências do mesmo e, portanto, dos representantes do Governo:

(1) (...) referindo-se à Constituição de 1967 – que entrou em vigor no dia 15 de março, justamente no dia de sua posse – o Presidente Costa e Silva dizia que “o País já dispõe de uma Constituição moderna, viva e adequada. Restabelecendo o regime político tradicional e, ao mesmo tempo, dotando o Governo dos instrumentos indispensáveis à manutenção da ordem, da tranquilidade e da paz pública, a nova lei básica afirmou o princípio de autoridade e realizou, sabiamente, a síntese dos ideais democráticos com os ideais revolucionários”. (**Revolução, ano zero**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

(2) Por isso, já no Ato Institucional n.º 1, de 9 de abril de 1964, seus signatários – General Costa e Silva, Brigadeiro Correia de Melo e Almirante Augusto Rademaker – afirmavam que “para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário,

decidimos manter a Constituição de 1946, limitando-nos a modificá-la apenas na parte relativa aos poderes do Presidente da República.” Consta ainda do preâmbulo do Ato Institucional n.º 1 que “para limitar ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a Revolução vitoriosa”, o Comando Supremo resolvia “manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes, constantes do Ato Institucional”. (**Revolução, ano zero. Veja** – seção *Brasil*. 18 de dezembro de 1968)

Como foi dito, o AI-5 tornou o poder presidencial ilimitado, de forma que mandatos políticos foram caçados, o Congresso Nacional foi fechado por tempo indeterminado e outras medidas de repressão, que contrariavam não somente o que fora estabelecido na Constituição de 1967, mas também no Ato Institucional n.º 1 - de 9 de abril de 1964, foram tomadas; demonstrando a incoerência e o abuso de poder exercido pelos representantes do Governo Militar.

Conforme se pode observar, os exemplos acima retomam discursos em que o próprio Presidente, General Costa e Silva, responsável pela instauração do AI-5, além do Brigadeiro Correia de Melo e o Almirante Augusto Rademaker, defendiam a valia da Constituição de 1967 e o Ato Institucional n.º 1; documentos estes que, embora centralizassem o poder Executivo em relação ao Legislativo e ao Judiciário, ainda legavam aos dois últimos um poder decisório posteriormente tomado pelo AI-5.

Assim, os jornalistas resgatam os discursos dos próprios representantes do Governo Militar para revelar a disparidade existente entre o que estes haviam dito e o que decretavam agora com a institucionalização do quinto ato. Isso também pode ser percebido através da citação abaixo que revela um trecho do Ato e, ainda, uma parte do discurso que o Ministro da Justiça, Antônio da Gama e Silva, havia proferido em cadeia nacional de rádio e televisão. Tal excerto, como se verá, apresenta o argumento governamental de que os meios jurídicos legados pela Revolução (Constituição de 67 e Atos Institucionais n.º 1 e 2) estavam sendo substituídos pelo AI-5 em virtude de servirem para combater e destruir a mesma:

(3) Numa sexta-feira, 13, de dezembro de 1968, porque “os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la”, o Governo Costa e Silva anunciou a vigência do Ato Institucional n.º 5, com “meios

necessários e instrumentos legais adequados para, assegurando a ordem e a tranqüilidade, realizar os propósitos e os fins da Revolução de Março de 1964". (**Revolução, ano zero**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

Em outros trechos, nota-se que os jornalistas usam o discurso relatado direto para, através das vozes dos próprios militares e idealizadores do AI-5, chamar a atenção dos leitores para o autoritarismo e a antidemocracia que baseavam o estabelecimento do mesmo:

(4) O objetivo principal do AI-5 é tornar possível a obra de reconstrução nacional cujo desenvolvimento normal, toda a Nação sabe, **exige o clima de ordem, o fortalecimento da autoridade e o combate sem tréguas à subversão**, responsável pelos fatores negativos que cumpre eliminar como condição imprescindível para que a Revolução prossiga o seu programa de realizações. **Ele não será mais detido pelos que procuravam perturbá-lo, abusando do direito da liberdade própria para perturbar a dos outros e da própria Nação**", disse na sexta-feira passada o Ministro do Exército, General Lyra Tavares. (**Grifos meus**) (**O ato explicado**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

(5) Ninguém, de consciência ou de mãos limpas, tema o poder que nas suas mãos a Revolução concentrou", disse o Presidente Costa e Silva, quarta-feira última, na Escola de Guerra. (**O ato explicado**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

Como se vê através dos excertos acima, a repressão que a ditadura impôs, através do AI-5, extinguiu a possibilidade de qualquer oposição à Revolução iniciada em 1964 e, por conseguinte, ao Governo de Costa e Silva. Contudo, fragmentos como os seguintes revelam a oposição existente entre o discurso do Presidente e o discurso de alguns militares que, como o General Reinaldo Melo de Almeida, possuíam a expectativa de que o "ato extremo do Presidente" tivesse a energia, mas também a curta duração de um raio, a fim de que "bem cedo" se pudesse encontrar "os bons caminhos da plenitude da vida democrática":

(6) Aos formandos na Escola de Comando e Estado Maior do Exército, o Presidente Costa e Silva havia afirmado segunda-feira: "Camaradas, quem vos fala, em linguagem franca, direta, objetiva e, às vezes, quase rude, é o vosso velho companheiro de armas, é o chefe que conhece e ama o ECEME, por ter sido aluno e instrutor

desta casa. É o vosso chefe supremo. De direito e de fato. E que não abrirá mão dessa honrosa prerrogativa". (**O ato explicado**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

(7) Nessa mesma cerimônia, o General Reinaldo Melo de Almeida, diretor da Escola, afirmou: "As ruas, os quartéis e esta escola aqui estão para dizer-lhe que povo e soldados, profundamente democráticos, depositamos total confiança em Vossa Excelência, no sentido de que o ato extremo do Presidente, reabrindo o processo revolucionário, para salvação da obra em que todos estamos empenhados, terá a duração e a energia de um raio. Confiamos em Vossa Excelência para que, assegurada a inteireza da autoridade presidencial e garantida a continuidade revolucionária, possamos bem cedo encontrar os bons caminhos da plenitude da vida democrática, os únicos que valem a pena trilhar pela vida afora. (**O ato explicado**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

Contrapor, portanto, esses discursos produzidos nas mesmas circunstâncias de enunciação, é interessante para perceber como de um lado tem-se um Presidente que se impõe e se nomeia como "chefe supremo" - falando de seu próprio dizer como dotado de objetividade e aspereza - enquanto, de outro, há o General-líder, da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, falando sobre a beleza da democracia e, intrinsecamente, sobre a necessidade de considerá-la no sistema político.

Quanto ao *discurso relatado indireto*, sabe-se que ele também é uma forma de reproduzir a fala do "outro". Porém, pode-se dizer que é uma representação menos real do discurso relatado do que a versão apresentada pela forma direta, uma vez que, ao utilizá-lo, o enunciador possui uma margem maior para manipular o que foi proferido pelo "outro".

Nos textos em análise, os exemplos de discurso relatado indireto foram menos recorrentes do que os de discurso relatado direto e, entre eles, os mais significativos são:

(8) É o mais drástico de todos os atos editados e deve-se pensar – segundo revelações de uma fonte militar – que ele também foi feito para ser o último, o definitivo. (**Revolução, ano zero**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

(9) Antes o Ministro do Exército havia esclarecido não haver motivos de receio de que os poderes do novo Ato Institucional sejam indevidamente usados, através de iniciativas isoladas. (**O ato explicado**. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

(10) O modo como será feito o confisco de bens está explicado num decreto-lei baixado pelo Presidente Costa e Silva criando a Comissão Geral de Investigações, subordinada ao Ministério da Justiça, e que funcionará até dezembro do ano que vem. Quem vai decretar o confisco é o Presidente da República. Mas a medida dependerá de uma providência a cargo dessa Comissão. Enriquecimento ilícito significa a aquisição de bens, dinheiro ou valores por quem tenha exercido ou exerça cargo ou função pública, sem que à época da aquisição demonstrasse ter condições para fazê-lo à vista da declaração de rendimentos apresentada para efeito de imposto de renda. Mesmo que tenha essa condição, se o funcionário público não puder provar que os bens foram adquiridos legitimamente, está caracterizado o enriquecimento ilícito. **(O ato explicado. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)**

No caso do exemplo **(8)**, pode-se dizer que, embora o jornalista tente transferir à voz citada (que nesse caso é generalizada sob a forma de “fonte militar”) a responsabilidade sobre o que diz, a partir do momento em que usa essa voz, este enunciador apresenta um argumento cujo ponto de vista é compartilhado, tanto por ele, quanto pela formação discursiva (corpo editorial) ao qual se encontra ligado.

E em relação aos exemplos **(9)** e **(10)**, tem-se que, igualmente a alguns trechos de discurso direto já discutidos, estes demonstram as incoerências que norteavam o fazer governamental dos militares. Como se vê, ainda que no trecho **(9)** o jornalista exponha que o Ministro do Exército, Aurélio de Lyra Tavares, havia dito que o novo Ato governamental não agiria “através de iniciativas isoladas”, o trecho **(10)**, que se refere ao confisco de bens por parte do Governo, mostra que, indiferente à Comissão Geral de Investigações ser a responsável por tomar providências em relação àqueles que enriqueceram ilicitamente, o Presidente da República é quem age isoladamente para decretar os confiscos que, por sua vez, tornam de posse governamental os bens das pessoas punidas.

As contrariedades relativas ao AI-5 e a apresentação dos interesses econômicos e políticos que estavam por trás da instauração do mesmo, também ficam claro no seguinte excerto que relata, de forma indireta, as medidas previstas no texto governamental:

(11) "O Governo já dispõe de meios para cumprir duas importantes medidas previstas no Ato Institucional n.º 5: o confisco de bens daqueles que se enriqueceram ilicitamente e a suspensão de direitos políticos, demissão, remoção, disponibilidade, aposentadoria de servidor público e transferência para a reserva ou reforma militares." (O ato explicado. Veja – seção Brasil. 18 de dezembro de 1968)

Esse excerto, como se vê, é representativo na medida em que parte de um "eu" que enuncia de um lugar (de uma formação discursiva) que se opõe ao governo. Ao utilizar, de forma irônica, o adjetivo "importante" para caracterizar as medidas previstas no Ato, esse enunciador realça o valor que as mesmas possuem para aqueles que as aplicam e enfatiza o quanto estas não privilegiavam os cidadãos comuns (através do confisco de bens e/ou de aposentadorias, da suspensão dos direitos políticos daqueles que, porventura, se opusessem ao regime, etc.).

4. Considerações Finais

Em síntese, neste trabalho, buscou-se analisar as marcas de *heterogeneidade mostrada* manifestada nos textos "Revolução, ano zero" e "O ato explicado", publicados pela revista Veja em decorrência da instauração do Ato Institucional n.º 5. Dessa forma, observou-se como tal discurso mantém relações com o "já-dito" e, por conseguinte, como as vozes de outrem são conclamadas para a participação na cena enunciativa.

De modo geral, verificou-se que a *heterogeneidade mostrada* presente nos textos analisados manifestou-se, essencialmente, a partir do mecanismo de *discurso relatado* – direto e indireto - e assim constatou-se que, ao mesclar os seus dizeres ao já-dito da memória discursiva, os jornalistas buscavam driblar a censura imposta pela ditadura, apresentando os próprios militares em situação de contradição.

Isso fica evidente nos trechos em que é contraposto o que eles disseram antes e posteriormente à instituição do quinto ato ou, ainda, quando é relatado o discurso de militares, como do General Reinaldo Melo de Almeida, a refletirem sobre a importância da democracia nesse contexto em que a mesma se encontrava completamente ausente.

Assim, a presença do discurso do “outro” nesses textos demonstra que, mesmo diante do recrudescimento da censura à imprensa pelo AI-5, os jornalistas mantinham sutilmente o posicionamento de oposição aos arbítrios do regime ditatorial. Embora não possamos desconsiderar que “os instrumentos de controle da produção noticiosa limitaram e causaram prejuízos à autonomia do jornalista durante a ditadura” (CASTILHO, 2010, p.11), o uso da heterogeneidade discursiva, conforme discutido, mostra que o tom contestador ainda estava animando a escrita dos jornalistas da Veja.

Referências Bibliográficas

AUTHIER-REVUZ, J. Hétérogénéité(s) Énonciative(s). *Langages*, v. 19, n. 73, p. 98-111, 1984.

Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/lgge_0458-726x_1984_num_19_73_1167#

Acesso em: 12 jun. 2012

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Revisão técnica da tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações*, v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul/dez. 2007.

Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/3319/2719>

Acesso em: 20 out. 2010

BARBOSA, M. S. M. F. *A heterogeneidade discursiva em revistas de divulgação científica*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008, 271p. (Tese de Doutorado)

BENVENISTE, É. Da subjetividade da linguagem. In: BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral 1*, 1976, p. 284-293.

BRANDÃO, N. Sobre a Noção de Sujeito. In: BRANDÃO, N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, p. 45-68.

CASTILHO, M. Censura e imprensa: o "déficit" de autonomia interpretativa do jornalista (1964-1978). *Revista Interin*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 99-111, 2010.

Disponível em: <http://interin.utp.br/index.php/vol10/article/download/15/12>

Acesso em: 01 jul. 2011

FARACO, C. A. Criação ideológica e Dialogismo. In: FARACO, C. A. *Linguagem & Diálogo: as idéias linguísticas do círculo de Bakhtin*. Curitiba: Criara Edições, 2006, p. 45-58.

FICO, C. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004a.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf>

Acesso em: 19 out. 2010

GAZZOTTI, J. A revista Veja e o obstáculo da censura. *Revista Olhar*, n. 5-6, p. 1-9, ano 03, jan/dez 2001.

Disponível em: <http://olhar.ufscar.br/index.php/olhar/article/view/61/52>

Acesso em: 21 out. 2010

JOFFILY, M. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008. 349 p. (Tese de Doutorado)

MAINGUENEAU, D. Heterogeneidade Mostrada. In: MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Campinas: Ed. UNICAMP, 1997, p. 75-110.

_____. O Primado do Interdiscurso. MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005, p. 33-48.

REIS, D. A. *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. p. 88.

ⁱ Leilane Morais OLIVEIRA, Mestranda

Universidade Federal de Viçosa (UFV)

Programa de Pós-Graduação em Letras (Linha de Estudos Discursivos)

leilanemoraisoliveira@gmail.com

-
- ii **Lucas Piter Alves COSTA, Mestrando**
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Programa de Pós-Graduação em Letras (Linha de Estudos Discursivos)
johannlufte@yahoo.com.br
- iii **Mônica Santos de Souza MELO, Profa. Dra.**
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
Departamento de Letras e Artes
monicasmelo@yahoo.com.br